

**ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES
CONCIDADES
REALIZADA NOS DIAS 30/06/2005 a 01/07/2005.**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e cinco, às nove horas e trinta minutos, no auditório do Hotel St. Paul, situado no SHS – Setor Hoteleiro Sul – Quadra 02, Bloco H, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a sexta reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades) sob a presidência da Secretária Executiva do Ministério das Cidades (MCidades), Sra. Ermínia Maricato que substituiu o Presidente do Conselho, Excelentíssimo Ministro Olívio Dutra que encontrava-se em reunião com o Presidente Lula. A Presidente Substituta convidou para compor a mesa a Secretária Executiva do Conselho das Cidades, Sra. Iria Charão. Composta a mesa, a Presidente Substituta saudou a todos os presentes e passou imediatamente a condução da reunião à Secretária Executiva do ConCidades, Sra. Iria Charão, a qual verificou o quorum e abriu a reunião com a presença de 51 Conselheiros titulares, 17 Conselheiros suplentes e 14 Observadores, conforme **Anexo I**, representados por 6 do Poder Público Federal, 4 do Poder Público Estadual, 6 do Poder Público Municipal, 18 de Entidades dos Movimentos Populares, 6 de Entidades Empresariais, 5 de Entidades de Trabalhadores, 4 de Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, 2 de Entidades Não- Governamentais com o objetivo de apreciar a seguinte pauta, baseada na apresentação dos temas da 2ª Conferência Nacional das Cidades: 1. Desenvolvimento Regional e Urbano, 2. Questão Federativa, 3. Financiamento do Desenvolvimento Urbano, 4. Participação e Controle Social, 5. Organização da 2ª Conferência Nacional das Cidades e 6. Relato dos Comitês Técnicos. A Secretária Executiva do ConCidades, Coordenadora da reunião, colocou a pauta e a ata da última reunião do Conselho em votação, as quais foram aprovadas por unanimidade. Em seguida a Coordenadora passou a palavra para a Presidente Substituta que introduziu o debate das temáticas integrantes da política nacional de desenvolvimento urbano que são objeto de discussão das etapas da 2ª Conferência Nacional das Cidades. Observou que existe uma grande dificuldade de se realizar propostas objetivas sobre os temas por falta de acúmulo e que por isso o Mcidades se sentiu obrigado a contratar estudos para subsidiar o debate. Logo em seguida apresentou as Professoras Tânia Bacelar e Ana Cristina Fernandes para iniciarem a exposição sobre o referido ponto da pauta: **1. Desenvolvimento Regional e Urbano.** A Professora Tânia Bacelar iniciou a exposição explicando que o eixo condutor do estudo (**Anexo II**), solicitado pelo MCidades, foi o de promover o diálogo entre a cidade e a região que está no seu entorno. A idéia foi subsidiar a articulação entre a política nacional de desenvolvimento regional e a política nacional de desenvolvimento urbano, destacando a importância da cidade nas estratégias de desenvolvimento regional. Concluiu dizendo que o estudo apresentado é complementar a outros estudos existentes, mas com o diferencial de que este propõe a criação das bases para um diálogo entre o MCidades e outros Ministérios, mas sempre levando em consideração o tratamento aos pequenos centros, pois estes têm características e identidades próprias e situações diferenciadas. Frisou que o governo atual está

preocupado com a integração do Brasil, em descobrir a diversidade brasileira, em trabalhar as cidades nas diversas situações e não somente com as cidades ricas e modernas. O grande desafio é que, para integrar o Brasil, é necessário integrar as cidades. Após as exposições a Coordenadora abriu o debate para o plenário se pronunciar. O Sr. Alceu Moreira do FNSH considerou que a grande modificação mostrada no estudo está ligada aos eixos Centro-Oeste e Sul- Sudeste, onde mais se investiu nos últimos quarenta anos; alertou que essa é uma discussão de política de governo e não só do MCidades; levantou a questão relacionada a emancipação dos municípios de áreas agrícolas alertando que esses municípios não gostariam de voltar a ser distrito, pois perderão a autonomia. Disse ser necessário criar uma legislação que estabeleça aos distritos autonomia gerencial e administrativa. O Sr. José Afonso do MNLM colocou a preocupação com as especificidades de cada região e exemplificou com a região Amazônica onde as cidades são pequenas, isoladas, de difícil transporte e sofre a ação dos grandes projetos – Ferrovia Norte-Sul, Hidrelétricas; reafirmou que é necessário olhar os grandes centros, mas também olhar as especificidades regionais na construção de cidades do futuro. Acrescentou que o Fórum da Amazônia Oriental trará para a 2ª CNC um estudo feito sobre as especificidades das cidades da Amazônia. A Coordenadora passou a palavra ao Sr. Ubiratan dos Santos da FISENGE que elogiou o estudo apresentado e colocou que o mesmo dá pistas para a atuação do ConCidades e do Governo Federal; salientou que no governo Lula, a discussão da política urbana é segmentada e mencionou a dificuldade de se fazer uma política urbana nacional devido à complexa diversidade existente no país. O Sr. Luiz Herllain da CMP disse que há uma imposição de colocar o Brasil como um país urbano; acrescentou que o mapa, mostrado pela expositora, é resultado do fluxo populacional de um êxodo rural imenso. O Sr. Galvão do Ministério de Integração Nacional chamou atenção para o aspecto que une e ao mesmo tempo diferencia o governo atual dos anteriores - que é o olhar sobre as desigualdades. Essa forma de olhar o território dá uma nova qualidade para uma agenda urbana, regional e rural e que deve ser destacado no texto da 2ª CNC. Ressaltou que há dois tipos de mapas – mapa de diagnóstico que informa as políticas, e mapa de ação – que organiza a ação de cada ministério a partir do que se identifica como fenômenos a serem tratados. Atentou para o fato de que há consciência do tamanho do problema urbano mas que não significa que haja uma conexão imediata com a forma de abordagem do problema. Sugeriu que a 2ª CNC deva construir o mapa da política, determinando as escalas, as maneiras, os instrumentos e recursos que vão organizar as ações. Conclui dizendo que o mapa da ação nem sempre é o mapa ideal e o mapa do critério nem sempre coloca de pé a possibilidade de uma intervenção plena, integral sobre todos os fenômenos. O Sr. Jorge Bernardes da UVB apontou as dificuldades em se fazer uma matriz que envolva a tipologia de todas as cidades e municípios brasileiros, pois há sempre conflito das cidades em relação aos municípios, pois uma é organização jurídica e a outra é organização urbana. Solicitou que a expositora falasse mais da metodologia utilizada no estudo e a inquiriu, como estudiosa, em que região investiria mais recursos. O Sr. Luis Romanelli do Governo do PR pediu esclarecimentos sobre os indicadores que foram utilizados para a elaboração do estudo. A Sra. Marli Verzegnassi da UNMP

acrescentou que os 30% da população que se encontra nos 11 núcleos maiores, no estudo das tipologias é que, segundo ela, seriam o “verdadeiro Brasil”, porque neles estão incluídos a maioria dos excluídos, ou seja, os que não tem moradia, não tem trabalho, não tem acesso aos financiamentos públicos e que vieram das áreas deprimidas, por uma política de expulsão. Sugeriu elaborar um estudo sobre o panorama urbano em que vive essa população das metrópoles. O Sr. Raul Carrion da UVB ressaltou que a compreensão da malha urbana decorre da acumulação do capital. A política das cidades está ligada à política de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento agrário. Disse que a integração do urbano com o rural tem que ser feita através dos diversos ministérios. O Sr. Marcos Neto da CNC avaliou que o que foi apresentado influencia nas discussões já ocorridas no ConCidades – no conceito de gestão plena, tamanho dos lotes, critérios na distribuição dos recursos do PAR, e segundo ele, se aplicado, o estudo acarretaria numa mudança do mapa geográfico do país. O Sr. Silvio José do MNLM enfatizou a necessidade de levar em consideração as diversidades regionais. A Coordenadora passou a palavra para que as consultoras respondessem as colocações do plenário e fizessem as considerações finais. A Sra. Ana Cristina explicou que o olhar que se buscou é o da cidade, de sua importância, de seu papel, seu significado dentro de determinada região para que esta venha a exercer sua potencialidade. Observou-se, no estudo, um grande desperdício de território promovido pelo país, onde as riquezas, as pessoas e os recursos naturais não estão tendo as suas potencialidades aproveitadas. O referido olhar não despreza as regiões metropolitanas; demonstramos que é preciso que se utilize recursos, conhecimento e informações no sentido de viabilizar a incorporação dessa parcela do território brasileiro que está fora, com a finalidade de maximizar as potencialidades dos grandes, reduzindo alguns movimentos que estão conduzindo os maus indicadores (violência, déficit de serviços e equipamentos urbanos) das grandes regiões metropolitanas. A cidade é um modo de organização social que pode promover atividade econômica e que também pode não fazer nada disso se estiver isolada – o isolamento é a ausência da capacidade de promover desenvolvimento econômico. A cidade tem papel fundamental no produto nacional bruto e é um instrumento de desenvolvimento econômico. A Professora Tânia Bacelar tomou a palavra e esclareceu que as sinalizações dadas pelo estudo não são só para a política urbana, mas também para a saúde, para a educação, entre outras. Finalizando, assinalou que o estudo serve para mostrar que o Brasil é difícil de ser trabalhado, porque ele é fantasticamente diferenciado e é preciso aprender a lidar com essa complexidade, não só para escolher onde investir e sim para responder o que é preciso investir em cada lugar. A pedido da Coordenadora, a Presidente Substituta encerrou esse ponto de pauta, assinalando que esse estudo foi uma decisão da 1ª Conferência Nacional das Cidades e que o MCidades está, portanto, cumprindo com a determinação da Conferência – que era a de discutir e elaborar uma política urbana regional. Retomando a palavra a Coordenadora encaminhou o próximo ponto de pauta: **2. A Questão Federativa**. Foram feitas duas exposições, uma pelo Sr. Nelson Saule do Polis (**Anexo III**) e outra pelo Sr. Vicente Trevas, da Sub-Chefe de Assuntos Federativos da PR (**Anexo IV**). Encerradas as exposições a Coordenadora abriu o debate ao Plenário. O Sr. Ubiratan dos Santos da FISENGE

lembrou que os prefeitos dos municípios reclamam de que o governo não resolve determinadas situações, mas o que ocorre é o fato de que eles – prefeitos – se abstém de ser governo e acabam por jogar todo o peso em cima do governo federal. A Sra Raquel Rolnik Secretária da SNPU discorreu que a questão federativa pode ser tratada em dois aspectos. O primeiro é o da dimensão regional, onde está claro que no nosso modelo federativo, o tema regional não está desenvolvido; acrescentou que não vê a viabilidade de construção da dimensão regional se não tiver o comprometimento dos estados. Outro aspecto é o tratamento do desenvolvimento urbano nas suas várias dimensões; exemplificou que na habitação e no saneamento, está em construção políticas que estabelecem um esquema de cooperação federativa e um esquema de discussão e articulação dos entes na viabilização dos projetos. Concluiu que resta o desafio de pensar o conjunto das temáticas relacionadas ao desenvolvimento urbano e que, portanto, é necessário pensar um fundo de desenvolvimento urbano federativo que dialogue com os modelos já construídos, da habitação e saneamento, para avançar mais na agenda do intra-urbano. O Sr. Raul Carrion da UVB perguntou se é possível pensar uma política de desenvolvimento urbano sem um projeto nacional de desenvolvimento e sugeriu que este tema poderia ser agregado a discussão da 2ª CNC. A Sra Berta Alves da FNA analisou que, pelo que foi colocado, o pacto federativo não vai se dar por decreto ou por mera vontade dos governantes e nesse sentido solicitou aos expositores que colocassem qual o papel da sociedade civil nesse contexto. O Sr. Abelardo disse que apesar dos avanços da Constituição de 1988 ela é tímida frente à questão do pacto federativo. Exemplificou que no saneamento existe uma dificuldade, na aprovação do PL, no que se refere ao resgate do pacto federativo, nos aspectos de cooperação, colaboração e solidariedade entre os entes federados. Com as inscrições finalizadas a Coordenadora passou a palavra aos expositores para responderem às questões levantadas pelos conselheiros. O Sr. Nelson Saule lembrou que no processo histórico da formação brasileira, o diferencial que houve com relação a Federação instituída na Constituição de 1988 foi o componente da democracia direta que não estava contemplado em nenhum dos outros pactos federativos instituídos. Ressaltou também que é necessário a construção de um processo alternativo, de reorganização política regional, tanto na integração dos estados como nos municípios. Disse que deve ser pensado propostas e critérios para reorganizar as regiões metropolitanas, fortalecer o sistema da cooperação, bem como a figura da região e pensar se não é estratégico construir um arranjo político territorial dentro do marco institucional existente. A Coordenadora passou a palavra ao Sr. Vicente Trevas que disse que o desafio é o Poder Público ser capaz de operar espaços federativos e políticas federativas. Isso é o fundamento do federalismo cooperativo. O Governo está empenhado em criar fóruns com os entes federados visando construir uma agenda federativa, ou seja, uma agenda compartilhada pelo conjunto da Federação. Em relação à sociedade civil, o desafio hoje é atualizar a sua própria agenda. Concluiu dizendo que é insuficiente a agenda dos direitos, das reivindicações específicas; o que está em jogo hoje nas cidades é o contrato social que é outra idéia fundante da modernidade; hoje o receio não é ser despossuído da propriedade, mas da vida. Há uma crise civilizatória que está permeando a agenda do Estado e da sociedade civil. Encerrada a exposição a

Coordenadora passou ao terceiro ponto da pauta **3. Financiamento do Desenvolvimento Urbano**, chamando para a mesa o Sr Amir Khair, que discorreu sobre o assunto em pauta, relacionando o tema do financiamento do desenvolvimento urbano com as questões das finanças públicas do país e apresentou uma análise de dados nacionais revelando as causas da carência de recursos para investimento e evolução recente de alguns indicadores macro econômicos, conforme **Anexo V**. O debate encaminhado após a exposição não levantou novos elementos e a Presidente Substituta encerrou os trabalhos do ConCidades do dia 30 de junho. No dia seguinte, ao primeiro de julho de dois mil e cinco reiniciou a sexta reunião do ConCidades sob a Presidência do Excelentíssimo Ministro Olívio Dutra, que saudou a todos os presentes e convidou para compor a mesa a Secretária Executiva do MCidades, Sra. Ermínia Maricato, o Sr. Jorge Hereda, Vice-Presidente da CEF, o Sr. Ailton Brasiliense, Presidente do Denatran, a Sra Eulália, Consultora Jurídica do Mcidades e a Secretaria Executiva do ConCidades, Sra. Iria Charão. Composta a mesa o Presidente passou a condução da reunião à Secretária Executiva do ConCidades, que aferiu o quorum e convidou o Sr. Danilo Steck para falar sobre o ponto de pauta de número **4. Participação e Controle Social (Anexo VI)**. Após a palestra a Coordenadora abriu as inscrições para o debate. O primeiro a se pronunciar foi o Sr. Ubiratan dos Santos da FISENGE que solicitou a opinião do expositor sobre a segmentação dos movimentos sociais e sua consequência nas políticas públicas, na criação dos conselhos em suas diferentes esferas. O Sr. Manoel Wanderley do MONAMPE disse que em Vitória/ES está sendo retomado o orçamento participativo e perguntou qual a melhor metodologia a ser aplicada. O Sr. Damien Hazard da ABONG salientou que o acesso à informação e a comunicação são fatores que facilitam a participação popular. O Sr. Laerte Mathias da FNE a partir do relato da experiência que teve no Comitê de Bacia Hidrográfica sobre a criação de conselhos disse que é necessário capacitar as pessoas para desenvolver o trabalho. Respondendo aos conselheiros, o Sr. Danilo Steck disse que a especialização ou a segmentação dos movimentos é um dos desafios que se coloca ao ConCidades. Esclareceu que a fragmentação das políticas públicas não surgiu por acaso, foi criada por leis e constituições legais. Lembrou que os conselhos têm funcionamento diferentes, que devem levar em consideração as diversidades locais e regionais. Disse que o que se nota com as experiências do orçamento participativo, quando ocorre mudanças de governo, se muda a nomenclatura, mas o resultado tem sido a apropriação dos mecanismos da participação e do reconhecimento da participação como direito do ser humano. Encerrou sua participação dizendo que na medida em que a sociedade civil se apropria desses mecanismos de participação vai querer assegurá-los. Logo após, a Coordenadora suspendeu a reunião do ConCidades e convidou os presentes para a assinatura do protocolo de colaboração celebrado entre a União, por intermédio do MCidades e a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS/OMS, que estabeleceu as bases gerais para planejar e executar atividades conjuntas; articular e acompanhar os objetivos para o Desenvolvimento do Milênio, com destaque para a realização de pesquisas e estudos especiais e intercâmbio de informação técnica e científica. A cooperação se dará em todas as áreas de atuação do Ministério. Em seu pronunciamento, durante a assinatura do convênio,

o Ministro Olívio Dutra assinalou que este convênio é fruto das discussões realizadas no ConCidades, especialmente no Comitê de Saneamento Ambiental. Retomando a condução da reunião, a Coordenadora encaminhou o próximo ponto de pauta **5. Organização da 2ª Conferência Nacional das Cidades**, solicitando à Sra. Grazia de Grazia da Secretaria Executiva do ConCidades que pontuasse a discussão. Esta informou sobre a criação do Boletim Informativo, que traz as novidades do processo da 2ª CNC e que pode ser utilizado como instrumento de mobilização para que os municípios e estados se integrem ao processo da CNC. Lembrou que os municípios necessitam se cadastrar e preencher os formulários (registro e relatório) que se encontram no site do MCidades; lembrou que a validação das conferências municipais e regionais é feita pela Comissão Preparatória Estadual e é ela que decide sobre o cumprimento ou adiamento dos prazos para convocação e realização das conferências municipais e/ou regionais. Informou também que já se encontra disponível na página do MCidades a apresentação em *power point* para ser utilizada nas conferências. Acrescentou que se faz necessário discutir as regras para a renovação dos membros do ConCidades, visto que as referidas regras para o processo eleitoral do primeiro mandato do ConCidades foi normatizado pelo regulamento da 1ª CNC e que para eleger os membros do segundo mandato do ConCidades é necessário seguir o decreto 5031/04 que exige o regimento no regimento interno do Conselho. Portanto, é preciso que na próxima reunião do Conselho seja debatida e aprovada uma resolução que complementarizará o regimento do Conselho. Para viabilizar a discussão sobre este ponto sugeriu que o ConCidades realize uma reunião extraordinária no dia 21/07/05. Logo após o Sr. Marcos Azevedo pediu esclarecimento a respeito do novo texto propositivo, produto do debate travado nestes últimos dois dias do ConCidades com o objetivo de referenciar o debate na Conferência Nacional e nas Estaduais. Enfatizou que os Estados precisam recebê-lo antes das Conferências Estaduais. A Presidente Substituta respondeu que estaria pronta uma minuta para a Reunião Extraordinária do Conselho. A Coordenadora conduziu então a votação sobre a referida reunião que foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo os trabalhos a Coordenadora encaminhou o ponto seguinte da pauta **6. Relato dos Comitês Técnicos**. Passou a palavra à Sra. Raquel Rolnik da SNPU que relatou a discussão do Comitê de Planejamento Territorial Urbano (**Anexo VII**). Após o relato apresentou a proposta de Resolução sobre o conteúdo mínimo do Plano Diretor, fruto do trabalho coletivo do Comitê, que submetida ao Plenário, pela Coordenadora, foi aprovada por unanimidade (Resolução nº. 34 – **Anexo VIII**). Apresentou também outra proposta de Resolução (Resolução n. 32 – **Anexo IX**) referente ao processo de discussão em curso da revisão da Lei 6766/79 – Parcelamento do Solo - processo esse que está sendo conduzido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados. Após discutida, a resolução foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Coordenadora pediu à Sra. Inês Magalhães, Secretária da SNH, para que relatasse o debate do Comitê Técnico de Habitação, que está no **Anexo X**. Apresentou a proposta de Resolução sobre suplementação de verbas para o novo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Resolução nº 33 – **Anexo XI**). A Coordenadora abriu as inscrições para o debate e logo após colocou em votação a resolução, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi passada

a palavra ao Sr. Abelardo da SNSA que apresentou o relato do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental conforme **Anexo XII**. Foi solicitado, pela Coordenadora, que o Sr. Gomide da SEMOB passasse a relatar o debate do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade, conforme **Anexo XIII**. O Sr. Raul Carrion complementou o informe dizendo que segundo informações obtidas a CEF e o BB teriam uma nova linha de crédito voltada aos mototaxistas. Há a necessidade de se averiguar esta informação e se houver de fato esse financiamento que seja solicitado aos entes a suspensão desse crédito até essa questão ser discutida no ConCidades. Após os relatos a Coordenadora leu a moção de solidariedade ao Quilombo da Família Silva, de Porto Alegre, apresentada pelo conselheiro Sr. Raul Carrion da UVB, que colocada em votação foi aprovada com uma abstenção (**Anexo XIV**). Alguns conselheiros solicitaram a palavra para dar informes. A Sra. Evaniza da SNPU relatou a reunião do GT de Conflitos por Direito à Moradia, ressaltando que o ConCidades indicou seus representantes e a pauta de discussão foi a abrangência do GT e sua forma de organização. A Sra. Ermínia Maricato, Secretária Executiva do Mcidades, informou que o Ministério constituiu uma “rede de desenvolvimento urbano” e solicitou aos presentes que alimentem a rede com informações sobre eventos, cursos, lançamentos de livros, entre outros. A Coordenadora da reunião solicitou que a Secretária Executiva do Mcidades finalizasse a reunião em nome do Presidente do Conselho. Esta agradeceu a presença e o compromisso de todos os conselheiros e conselheiras para o bom andamento dos trabalhos, desejando a todos um bom retorno.